



A INTEGRAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO CURRÍCULO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL

RESUMO

O trabalho analisa os desafios e possibilidades da integração dos dispositivos móveis no currículo escolar e sua contribuição para o desenvolvimento da educação digital. A pesquisa, de caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Moran, Belloni, Lévy, Prensky e Freire, além da Resolução CNE/CP nº 1/2024 e da Lei nº 15.100/2025. Os resultados apontam que o uso pedagógico dos celulares pode ampliar aprendizagens, favorecer autonomia e fortalecer a formação crítica dos estudantes, desde que orientado por práticas planejadas e mediadas pelo professor. Também se identificam desafios como falta de infraestrutura, resistência docente e necessidade de formação continuada. Conclui-se que integrar dispositivos móveis ao currículo representa um passo necessário para uma educação digital democrática e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação Digital; Cultura Digital; Dispositivos Móveis; Currículo; Mediação Pedagógica.

Introdução

O uso de dispositivos móveis no ambiente escolar tem crescido de forma acelerada, acompanhando o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a consolidação da cibercultura como parte integrante da vida social. De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br, 2023), mais de 90% dos estudantes brasileiros entre 11 e 17 anos possuem um smartphone pessoal, o que demonstra a profunda inserção da tecnologia digital no cotidiano juvenil e evidencia o desafio de integrá-la de modo pedagógico e crítico à escola.

A presença das tecnologias digitais, especialmente dos dispositivos móveis, transformou a forma como os jovens se comunicam, aprendem e produzem conhecimento. Entretanto, essa transformação nem sempre é acompanhada por mudanças efetivas nas práticas pedagógicas. Como ressalta Maria Luiza Belloni (2011, p. 12), os estudantes chegam à escola com saberes e habilidades construídos em contextos informais e mediados pelas tecnologias, o que exige da escola uma mídia-educação crítica capaz de dialogar com a cultura digital. Para a autora, “as novas gerações chegam à escola com aprendizagens construídas fora dela, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação”.

No cenário contemporâneo, é possível observar uma tensão entre as metodologias tradicionais e as novas formas de aprender dos chamados nativos digitais, termo cunhado por

Marc Prensky (2001, p. 1) para descrever os jovens que cresceram imersos em tecnologias digitais. Segundo o autor, “os alunos de hoje não são os mesmos para os quais o sistema educacional foi criado”. Essa mudança geracional coloca o professor muitas vezes um "imigrante digital" diante do desafio de reinventar suas práticas e dialogar com linguagens próprias da era tecnológica.

Diante desse contexto, a escola precisa ir além do uso instrumental das tecnologias. Conforme explica Pierre Lévy (1999, p. 17), a cibercultura representa “o conjunto de técnicas, práticas e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Integrar os dispositivos móveis ao currículo, portanto, significa reconhecer o ciberespaço como ambiente legítimo de aprendizagem e construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva aproxima-se do pensamento freiriano, para o qual a educação deve promover a autonomia, a reflexão e a emancipação do sujeito.

Nos últimos anos, o debate sobre o uso de dispositivos móveis nas escolas brasileiras ganhou novo fôlego, com a Resolução CNE/CP nº 1/2024, que orienta o uso pedagógico intencional das tecnologias, e com a Lei nº 15.100/2025, que regulamenta o uso de celulares no ambiente escolar, permitindo sua utilização em situações pedagógicas, de saúde ou acessibilidade (Brasil, 2024; Brasil, 2025). Tais políticas demonstram que o tema vai além da disciplina em sala de aula: trata-se de pensar a tecnologia como parte constitutiva do currículo e da formação integral do estudante.

Diante desses apontamentos, este estudo tem como objetivo geral analisar como a integração dos dispositivos móveis no currículo escolar pode favorecer o desenvolvimento da educação digital e contribuir para aprendizagens significativas. Especificamente, busca-se identificar os desafios enfrentados pelos professores e escolas na incorporação pedagógica dos dispositivos móveis, apontar as possibilidades educativas desses recursos em articulação com o currículo escolar e refletir sobre o papel mediador da escola e dos educadores na integração das tecnologias digitais ao processo de ensino-aprendizagem, como caminho para educação digital. A relevância desta pesquisa está em contribuir para o debate sobre o papel das tecnologias móveis na educação contemporânea, em um momento em que se discute tanto sua proibição quanto sua incorporação pedagógica. Compreender de que modo os dispositivos móveis podem ser aliados do processo de ensino-aprendizagem, repensar práticas pedagógicas e currículos mais conectados à realidade digital dos estudantes é mais que urgente e necessário.

Referencial Teórico

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem impactado profundamente os processos de ensino e aprendizagem, exigindo novas abordagens didáticas e epistemológicas.

A tecnologia em rede e móvel e as competências digitais são componentes fundamentais de uma educação plena. Um aluno não conectado e sem o domínio digital perde importantes chances de informar-se, de acessar materiais muito ricos disponíveis, de comunicar-se, de tornar-se visível para os demais, de publicar suas ideias e de aumentar sua empregabilidade futura. (Moran, 2018, p. 6)

De acordo com essa linha de entendimento, as Tecnologias digitais de informação e comunicação (Tdic) criam condições para uma aprendizagem mais autônoma, colaborativa e conectada com as realidades dos estudantes. Nesse sentido, a inserção das tecnologias móveis no contexto escolar deve ir além do uso instrumental, articulando-se a uma proposta pedagógica que integre criticamente os saberes digitais à prática docente.

A cibercultura, conceito desenvolvido por Pierre Lévy (1999), representa uma nova ecologia cognitiva, caracterizada pela interatividade, pela inteligência coletiva e pela descentralização do saber. Segundo o autor, “a cibercultura é o conjunto de técnicas, práticas e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 17). Essa concepção permite compreender a aprendizagem como um processo colaborativo e contínuo, no qual o conhecimento é construído em rede e mediado pela tecnologia.

Por sua vez, Maria Luiza Belloni (2011) destaca que as novas gerações aprendem a partir de experiências espontâneas e colaborativas mediadas pelas tecnologias digitais, o que torna urgente uma formação docente voltada para a mediação crítica. Para ela, integrar as Tdic à educação significa “compreender a informação, ter distanciamento crítico e tornar-se produtor de mensagens” (Belloni, 2011, p. 3). Essa perspectiva defende uma escola que promova não apenas a inclusão digital, mas também o desenvolvimento de competências críticas e comunicacionais.

O conceito de nativos digitais, elaborado por Marc Prensky (2001, p. 2), também contribui para entender os desafios atuais da educação. Ele afirma que os jovens de hoje processam a informação de modo distinto das gerações anteriores, pois cresceram imersos em ambientes digitais. Para o autor, “os estudantes atuais são falantes nativos da linguagem digital dos computadores, videogames e internet”. Essa diferença reforça a necessidade de repensar o papel do professor como mediador e facilitador das aprendizagens digitais.



Em diálogo com essa perspectiva, Paulo Freire (1970) propõe uma educação libertadora, na qual o conhecimento é construído a partir da práxis, reflexão e ação transformadora da realidade. Para ele, a educação é um ato político que visa à autonomia e à consciência crítica dos sujeitos. Ao incorporar as tecnologias digitais de maneira reflexiva, o professor assume o papel de mediador do processo formativo, promovendo uma aprendizagem que articula técnica, criticidade e emancipação humana.

Nesse sentido, integrar dispositivos móveis ao currículo escolar não se reduz a permitir o uso de celulares em sala de aula, mas a reconhecer neles ferramentas pedagógicas de produção e expressão do conhecimento. Essa visão está alinhada à Resolução CNE/CP nº 1/2024 que defende a integração pedagógica dos dispositivos digitais aos currículos escolares, enfatizando o desenvolvimento da educação digital e da cidadania, e à Lei nº 15.100/2025, que prevê sua utilização pedagógica e inclusiva. Juntas, as duas normas demonstram que o debate sobre o uso das tecnologias móveis no ambiente escolar tem se ampliado, oscilando entre o controle disciplinar e a valorização de práticas educativas mediadas pela tecnologia. Assim, a educação digital torna-se um caminho para formar sujeitos participativos e conscientes, capazes de atuar de maneira responsável na sociedade em rede.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, de natureza descritiva, pois busca compreender como o uso pedagógico dos dispositivos móveis pode ser integrado ao currículo escolar e contribuir para a formação digital dos estudantes. A investigação foi desenvolvida a partir de referenciais teóricos de autores como Belloni (2011), Prensky (2001), Lévy (1999), Freire (1970) e Moran (2015), além de documentos oficiais como a Resolução CNE/CP nº 1/2024 e a Lei nº 15.100/2025, que regulamentam o uso pedagógico das tecnologias no ambiente escolar, e ainda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O levantamento dos dados foi realizado por meio de pesquisa em bases digitais como Google Acadêmico, Scielo e repositórios institucionais, selecionando produções científicas que abordam a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem. A análise do material foi feita com base nos objetivos, buscando identificar as principais contribuições teóricas, desafios e possibilidades apresentadas pelos estudos sobre o uso pedagógico dos celulares na escola. Essa metodologia permitiu compreender como as tecnologias móveis, quando utilizadas de forma intencional, podem



favorecer o desenvolvimento da educação digital e promover práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa apontam que o uso pedagógico dos dispositivos móveis forma uma importante estratégia de inovação educacional, capaz de aproximar o ensino da realidade digital vivida pelos alunos e de ampliar as oportunidades de aprendizagem significativa. Quando orientado por objetivos pedagógicos e mediado pelo professor, o uso de dispositivos móveis pode ampliar as possibilidades de aprendizagem, tornando o processo mais dinâmico, interativo e significativo.

Essa perspectiva dialoga com o conceito de educação digital, definido pela Resolução CNE/CP nº 1/2024 como um processo formativo que envolve a apropriação crítica, criativa e ética das tecnologias digitais, orientando o uso responsável e consciente dos dispositivos. Entretanto, a pesquisa também evidenciou que ainda existem obstáculos estruturais e culturais para essa integração, como a resistência da parte dos educadores, a ausência de políticas institucionais de formação docente e a desigualdade no acesso às tecnologias. A análise verificou desafios significativos, como a resistência de parte dos educadores, a falta de infraestrutura tecnológica em muitas escolas e a necessidade de formação docente contínua para o uso pedagógico das Tdic

Apesar do avanço das políticas públicas, muitos professores ainda enfrentam dificuldades estruturais e pedagógicas para incorporar de modo efetivo os dispositivos móveis ao ensino. A Resolução CNE/CP nº 1/2024 prevê a integração das tecnologias digitais como parte da formação integral do estudante; contudo, a falta de infraestrutura tecnológica e de programas permanentes de formação docente limita sua aplicação. Além disso, há resistências culturais associadas a uma visão disciplinar e tradicional da escola, que muitas vezes enxerga o celular apenas como elemento de distração. Essa realidade revela que os desafios não são apenas técnicos, mas também pedagógicos e culturais, exigindo políticas institucionais de apoio, formação continuada e mudança de mentalidade em relação à presença da tecnologia no espaço escolar.

Superar esses obstáculos exige repensar o papel da escola como espaço de mediação crítica e emancipadora, conforme defendem Freire (1970) e Lévy (1999). Desse modo, integrar os dispositivos móveis ao currículo escolar não significa apenas permitir seu uso em



sala de aula, mas repensar o papel da tecnologia na construção do conhecimento, valorizando o protagonismo discente e fortalecendo a educação digital como direito e como prática.

Considerações Finais

Conclui-se que a inclusão dos dispositivos móveis ao currículo escolar representa um avanço necessário na construção de uma educação digital democrática e crítica. As tecnologias móveis, quando utilizadas com intencionalidade pedagógica, contribuem para o letramento digital, a autonomia e a formação dos estudantes.

Entre as limitações observadas estão a carência de recursos tecnológicos em muitas escolas públicas e a falta de programas contínuos de capacitação docente. Para tanto, recomenda-se o investimento em políticas públicas de inclusão digital, na infraestrutura tecnológica escolar e em projetos interdisciplinares que explorem o uso dos dispositivos móveis como ferramentas de pesquisa, produção de conhecimento e expressão criativa.

Assim, a educação digital deixa de ser apenas uma exigência contemporânea e se torna um compromisso pedagógico, que visa preparar os estudantes para atuarem de forma consciente e transformadora na sociedade digital.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e mídia-educação na formação profissional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2011. Disponível em: https://www.senado.leg.br/comissoes/ce/ap/ap20111109_maria_belloni.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.100, de 10 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o uso de aparelhos eletrônicos e dispositivos móveis no ambiente escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 9, 14 jan. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de janeiro de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a Educação Digital nas redes de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jan. 2024.

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. TIC Kids Online Brasil 2023: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: CGI.br, 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/202404_tic_kids_online_2023_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.



LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. Campinas: Papirus, 2018.

PRENSKY, Marc. Nativos digitais, imigrantes digitais. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. On the Horizon (NCB University Press), v. 9, n. 5, p. 1-6, out. 2001.